

Governo vai jogar pesado para privatizar

Até experiência estrangeira será usada para acelerar a venda de empresas estatais

VANNILDO MENDES
Da Editoria de Economia

O Governo brasileiro decidiu jogar pesado junto à sociedade e à Constituinte para atingir sua meta de reduzir a presença do Estado na economia e transferir à iniciativa privada diversas atividades que exerce, de forma considerada ineficiente, improdutiva e danosa ao erário público. O cronograma de privatizações, iniciado na gestão Figueiredo, há cinco anos, receberá um grande impulso nos próximos meses com a aceleração do processo de desestatização de mais seis estatais e 18 centrais de abastecimento (Ceasas), enquanto 41 outras tomam lugar numa fila cujo tamanho final dependerá do sucesso do programa.

Dentro deste esforço, o Ministério da Administração, através do seu Grupo de Estudos de Políticas Públicas, reuniu durante três dias, em São Paulo, cientistas sociais, analistas políticas, administradores nacionais e internacionais, empresários e intelectuais num seminário de alto nível sobre **Os Limites da Intervenção do Estado**. O saldo dos debates, francamente favorável ao aumento do espaço da privatização, será enviado ao Congresso Nacional em forma de anais para reflexão dos Constituintes e subsidiará uma campanha de esclarecimento à sociedade e aos trabalhadores.

EVOLUÇÃO

Na década de 50, o Brasil tinha apenas 80 estatais e em 1980 já possuía nada menos que 530. O grande avanço do Estado se deu exatamente no período da ditadura militar. A partir de 81 essa presença começou a cair, sendo que atualmente a União detém apenas 415 empresas, das quais 65 passíveis de venda.

Conforme o calendário exibido no seminário pelo secretário do Conselho Interministerial de Privatização, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, David Casimiro Moreira, até agora o Governo concluiu seis processos de desestatização, sendo três privatizações (Grande Hotel Blumenau, Cia. Nacional de Tecidos Nova América e Máquinas Piratininga do Nordeste) e três liquidações (Cia. Incentivadora de Atividades Agrícolas e Industriais, Ecex e Refinaria Ramiro).

As seis seguintes serão a Mafersa, Máquinas Piratininga de São Paulo, a Indústria Aeronáutica Neiva, a Fermitas Magnéticas-Fermag, Cia. Usinas Nacionais e a Cia. Siderúrgica de Mogi das Cruzes. Mas David adverte que o aporte de capitais resultante das transações possíveis este ano não deve ultrapassar os 100 milhões de dólares e portanto não se pode esperar contribuição expressiva deste segmento para redução do déficit público. Até agora, a que mais rendeu foi a Nova América (US\$ 12 milhões).

A Máquinas Piratininga tem dois candidatos com propostas (Brasinc e Wupitau) e a decisão ocorrerá até o dia 28 deste mês. A venda da Usinas Nacionais se dará em duas etapas: a primeira será a venda dos

ativos da empresa em Belo Horizonte, Campinas e Santos e a segunda consistirá na transferência do controle acionário da sua remanescente no Rio. A Aeronáutica Neiva tem apenas uma proposta, do Grupo ABC, sendo estudada. A Fermag está em processo de identificação de candidatos e a Cozincó terá destino selado na próxima semana.

Além das 18 Ceasas, cujas negociações estão em fase adiantada, estão na fila oito empresas do Grupo Caraiabas, o Grupo Siderbrás, empresas de navegação, petroquímicas, mineração, eletrossiderurgia e diversos ramos industriais, algumas já em licitação. Paralelamente, estão sendo desativadas, por serem deficitárias e não despertarem interesse comercial, a Engematic (Hidráulica e Instrumentação) e a Cia. Paulista de Dragagens, que terá metade incorporada pela Portobrás e metade desativada.

O seminário produziu a certeza de que há espaço para a privatização no Brasil, acompanhando uma tendência que se verifica no mundo inteiro, inclusive nos países socialistas da Europa, a partir da segunda metade da década passada. Mas as dificuldades são enormes, algumas intransponíveis. A primeira delas é que o Estado brasileiro é extremamente ineficiente, corrompido pelo clientelismo e o nepotismo, mas não é grande. Na verdade é, proporcionalmente, um dos menores do mundo e daí surge a grande questão: reduzir mais o quê?

Menos de 2% dos brasileiros são funcionários da União, ou 6% da força de trabalho, enquanto na França um em cada seis trabalhadores é servidor público. (Era um terço em 79). Essa dimensão ficou mais nitida quando, no encerramento do evento, o secretário-geral do Ministério da Administração, Gileno Marcelino Fernandes, enfatizou que o Estado brasileiro é proporcionalmente menor que a Argentina, que tem 2,2 milhões de funcionários públicos, contra os 1,7 milhão de servidores encontrados pelo Cadastramento Nacional recentemente realizado no País. Um agravante: a Argentina é quatro vezes menor que o Brasil.

Comparativamente, o Brasil tem menos funcionários públicos que o pobre Uruguai, os ricos Estados Unidos da América, o ultracapitalista Reino Unido, a pátria-mãe Portugal, ou qualquer país da Comunidade Econômica Européia. A Administração Direta Brasileira, onde o censo encontrou apenas 500 mil servidores ativos (menos que o governo de São Paulo, por exemplo), além de muito pequena e marginalizada, é desqualificada, enchovalhada pela politicagem e vulnerável ao clientelismo histórico com que se faz política no País, o que a torna modelo universal de ineficiência.

Ao contrário do que tenta fazer parecer o lobby da privatização, Gileno fez ver, ironicamente, que neste setor "pode sobrar ladrão, mas não sobra servidor pelo ladrão". Jogou de certa forma uma ducha de água fria sobre a ansia pri-

vatizante quando citou que por trás de todo discurso capitalista liberal, o governo dos EUA dá emprego diretamente a 3,9 milhões de pessoas e, indiretamente, a outros 4 milhões, que mantêm através de contratos de prestação de serviço em diversos campos da economia, para não parecer mal aos seus aliados, uma mera manobra de preservação de imagem.

Mas Gileno vê espaço para incrementar a presença da iniciativa privada e enxugar a ação do Estado, tornando-o mais moderno e eficiente. Disse, entretanto, que não se deve esperar milagres, pois a Constituinte é quem dará as diretrizes e definirá o papel do Estado na economia e lembrou que os países europeus onde a privatização está sendo vitoriosa, como Inglaterra, França e Espanha, o processo se desenvolve há mais de oito anos, sem pressa, atendendo requisitos indispensáveis e sobretudo com o aval da sociedade.

Nesses três países, que inclusive estavam representados no evento, o êxito do processo de privatização é creditado a diversos aspectos desprezados no Brasil. Por exemplo: os trabalhadores são efetivamente incluídos em todo o processo, obtêm participação nos lucros da empresa privatizada e são prioritários na compra de determinado número de ações colocadas à venda para o público de baixa e média renda.

Outra diferença fundamental é que nesses países há melhor distribuição de renda e a presença do Estado, por força da segunda guerra, extrapolou os limites toleráveis. Na França por exemplo, antes do processo, um em cada três trabalhadores era servidor do Governo, que detinha nada menos que 80% dos investimentos industriais. Com a queda do gabinete socialista, o partido gaulista inverteu a tendência e a partir de 82 incrementou a privatização, mas em moldes inteiramente aceitáveis pelos trabalhadores e até mesmo pela oposição trabalhista.

Outro lado importante da questão é que lá as empresas compraram estatais ineficientes e injustificadamente deficitárias, como a britânica Rolls Royce e a transformaram em rentáveis e melhor administradas, com benefícios para a economia, o Estado e os trabalhadores. Aqui, conforme ficou caracterizado, o empresariado só quer adquirir empresas inteiramente saneadas, operando com lucratividade e a preços de pai para filho, se possível de graça.

Pelo menos 47 das 65 empresas públicas privatizáveis são altamente rentáveis, entre elas a Mafersa, Cofape, Caio e Nova América. Mas, além de não permitirem qualquer transferência de renda aos trabalhadores, como na Europa, os empresários locais oferecem preços muito baixos, quando não tentam subornar responsáveis governamentais pelo processo de venda. Foi por baixa proposta, por exemplo, que a Mafersa ainda não foi vendida até agora.

FOTOS: LUIZ TAJES